

# 9º Congresso do Sintrajud: pensar a realidade para melhor enfrentar os desafios da categoria judiciária

## Introdução

1. Com esta contribuição, busca-se trazer alguns elementos, sem prejuízo de outros, para um diagnóstico da crise atual e seus impasses, que por sua vez é condição necessária para a construção das saídas a partir de nossa atuação. A tentativa de compreender as mediações que conectam nossa realidade mais imediata ao contexto que nos cerca é uma tarefa necessária que exige permanente abertura ao debate e reflexão.
2. Este Congresso do Sintrajud realiza-se em momento crítico da história do país, e por essa razão oportuno para debatermos sobre a nossa realidade e os nossos desafios.
3. Já há vários anos, vivemos sob um estado de crise permanente, de múltiplas dimensões, inter-relacionadas: crise econômica, política, social, ambiental, humanitária; intensificadas nos últimos anos no contexto da pandemia do novo coronavírus, de dimensão e consequências sem precedentes.
4. A calamidade sanitária escancarou as abissais desigualdades existentes em todo o mundo, e revelou-se, em verdade, como uma exacerbação da crise do modo capitalista de organizar a produção e a sociedade, em seu estágio mais destrutivo em toda a história.
5. A política de morte implementada pelo governo Bolsonaro, do contágio estimulado ao desamparo aos mais necessitados, fez do Brasil um dos epicentros mundiais da doença, que somente pelos números oficiais vitimou mais de 700 mil pessoas. Elementos de genocídio foram sendo revelados no curso da epidemia, destacando-se recentemente a situação imposta ao povo Yanomami.
6. Mesmo passada a fase mais crítica da pandemia, a economia mundial não dá sinais de retomada, e aponta para um cenário de estagnação. Nesse contexto, permeado por processos inflacionários e desequilíbrios regionais de diversas ordens, o processo de reorganização produtiva em escala global desloca eixos do poder econômico e não se dá sem elevação das tensões em diversas localidades. A disputa por recursos naturais e mercados, e influência política e dominância territorial culminam em intervenções e mesmo guerra, sendo mais emblemática a situação na Ucrânia, cujas determinações e implicações estão para muito além das questões fronteiriças.
7. As escaladas militares elevam as tensões em contexto de estagnação econômica e crise climática.

## Brasil

8. No Brasil, a estagnação econômica perdura já há quase dez anos, combinados os anos de queda expressiva com anos de crescimento pífio, na sequência da crise financeira mundial desencadeada em 2008. Embora com parcial recuperação, em 2022, do tombo relacionado à pandemia, o cenário mais otimista apontado é de crescimento muito baixo no próximo período.
9. Sobre essa base material, sobressaem as outras faces da crise.
10. A miséria alcança patamares extremos, o que salta aos olhos nas ruas das grandes cidades. As taxas oficiais de desemprego, por si muito elevadas, somadas à subocupação e a toda forma de ocupação precária, e ao desalento, superam em muito o número de trabalhadores e trabalhadoras com registro em carteira, que dispõem de um mínimo de cobertura trabalhista e previdenciária.
11. A queda recente da taxa de desemprego não permite falar em uma trajetória de recuperação. Seja porque acompanhou em alguma medida a recuperação parcial da economia do período

- da pandemia, seja porque não indica maiores níveis de formalização ou de qualidade das ocupações, nem aumento da renda.
12. A renda média do trabalho despencou a patamares de mais de uma década atrás, enquanto a inflação elevada nos últimos anos tomou grande parte do já prejudicado poder de compra dos trabalhadores e trabalhadoras. A elevação do custo de vida é ainda mais sentida à população assalariada e com os menores rendimentos, tendo em vista a inflação galopante dos alimentos e gêneros básicos diversos, e de outros custos diretos ou indiretos, como os combustíveis.
  13. A redução do nível da inflação nos últimos meses também não oferece segurança, na medida em que, por um lado, foi influenciada pela manobra do governo Bolsonaro na pontual redução da tributação sobre os combustíveis e das taxas sobre a energia, e por outro pela própria estagnação econômica e pela queda da renda, que pressionam para baixo a demanda.
  14. O aumento da violência urbana e no campo são também expressão aguda da crise social.
  15. A devastação ambiental também nunca atingiu patamares tão elevados. Intensificou-se nos últimos anos a política de exploração desmedida dos solos e dos recursos naturais, como expressão máxima do aprofundamento do processo em curso de reprimarização e desindustrialização da economia brasileira.
  16. Em diversas partes do mundo, crises políticas também têm sido parte do cenário visível. A diretriz econômica neoliberal, implementada a partir das décadas de 1980 e 1990, como resposta à crise dos anos 70, não trouxe estabilidade duradoura e a prosperidade prometida. Como desdobramento desse quadro, a crise internacional desencadeada em 2008, no esteio da desregulamentação financeira, aumentou a situação de instabilidade e possibilitou o ascenso de governos conservadores ou reacionários em diversos países no mundo. De um lado, canalizam grande parte da insatisfação popular; de outro, encabeçam medidas duras de retiradas de direitos e repressão contra a resistência, com vistas à redução das perdas das grandes empresas e favorecer a retomada econômica em outras bases.
  17. A crise financeira teve como resposta dos governos a socialização dos prejuízos. Embora ela exponha também as contradições do neoliberalismo, como expressão da fase atual do capitalismo, a solução propugnada é a ampliação dos planos de austeridade e da redução ainda maior da renda do trabalho e da cobertura estatal.

## **A marcha da crise política e institucional brasileira**

18. No Brasil, além da tendência geral, a crise política tem profundidade condicionada por fatores estruturais e históricos próprios.
19. O sistema político brasileiro foi erigido com a chamada redemocratização após duas décadas de uma sangrenta ditadura civil-militar, derrubada após ondas de pressão popular. Seu marco central é a promulgação da Constituição de 1988, e tem cada vez mais se revelado como um grande pacto de conciliação e acomodação de forças e interesses dominantes.
20. As conquistas sociais e políticas da nova Carta começaram a ser interditas e desmontadas imediata e progressivamente ao longo de todas essas décadas, e foram mantidas, em camadas distintas, as bases de perpetuação de uma democracia de baixa intensidade, de um estado de viés autoritário, uma economia periférica e uma sociedade profundamente desigual. Nenhuma reforma estrutural sequer, que enfrentasse esses gargalos, foi implementada, e o neoliberalismo desenvolvido a partir dos anos 1990 em momento algum teve efetivamente interrompida a sua marcha.
21. Como parte do acordo por cima, os militares e civis que operavam o regime ditatorial e suas atrocidades saíram ilesos de responsabilidades pelos crimes cometidos, diferentemente do que ocorreu em países vizinhos. Muitos desses agentes permaneceram nos espaços de poder institucional junto às elites oligárquicas, colocando para debaixo do tapete as sujeiras e

mantendo latente a herança do período autoritário. Uma das características do regime, aliás, com a persistente tutela militar, segue sendo a permeabilidade e a permissividade ao autoritarismo e à violência, quando convenientes à lógica econômica das classes proprietárias e à preservação de estruturas de dominação.

22. Assim, embora a nova Constituição tenha incorporado parte das demandas populares, nos estertores da ditadura, na prática há um processo de preponderância da parte “ruim” e esvaziamento da parte “boa”, que ou veio sendo desmontada ao longo dos sucessivos governos, ou sequer chegou a ser efetivada em muitos de seus pontos – o que não é difícil de notar quando confrontado o capítulo dos direitos sociais com a realidade brasileira.
23. No curso dessas décadas, muitas daquelas promessas não foram cumpridas, e a manutenção de um relativo em consenso, nos sucessivos governos, em relação à diretrizes gerais do neoliberalismo – que vão desde a gestão macroeconômica até a implementação de políticas compensatórias em detrimento da universalidade dos direitos e políticas públicas – foi aos poucos minando a confiança da população em relação ao regime. O desencadeamento da crise econômica na década passada, combinada com a ruptura, pelos setores econômicos dominantes e as oligarquias políticas, do pacto de institucionalidade e governabilidade até então vigente abriram o processo de falência da nova República.
24. Um marco importante desse processo foram as chamadas jornadas de junho de 2013. Embora tenham desde o início abraçado pautas caras à esquerda, como a defesa dos serviços públicos, os atos não foram convocados ou dirigidos por suas organizações políticas e sociais majoritárias, a maior parte delas vinculadas ao eixo PT/CUT. Muitos nesse setor, aliás, em postura comodista e oportunista, e visando uma narrativa eleitoral simplificada, tentaram tachar as manifestações como da “direita”, de modo a subestimar os seus impactos, ignorando as suas características em cada região do país, e a não reconhecer a perda de hegemonia dos movimentos de rua nem as contradições do governo de então, ao qual buscavam dar sustentação a despeito da falta de respostas às demandas populares.
25. Estava posta uma disputa política aberta, inclusive das ruas. Enquanto o governo subestimava as manifestações e não tinha respostas efetivas a dar, e junto com os movimentos que lhe apoiavam assumia o papel de fiador da ordem, essa mesma ordem amplamente contestada, abriu-se uma avenida para a extrema-direita, que passou a disputar a dinâmica dos movimentos de massas, e que até então não ocupava espaço social e político relevante.
26. As eleições de 2014 já se realizaram sob forte tensão, e com um resultado apertado. A implementação de um plano de austeridade por Dilma Rousseff antes mesmo do início do segundo mandato, contradizendo o discurso de campanha, a piora das condições de vida, e o imobilismo dos movimentos sociais favoreceram as movimentações de setores que pretendiam romper com o pacto de governabilidade vigente, insuflando movimentos de protesto e instrumentalizando denúncias de corrupção que minavam a sustentação do governo, e atingiam parcela importante da política institucional e do empresariado.
27. O impeachment de Dilma (em uma trama envolvendo o seu vice e partidos de sua base, após a erosão de sua sustentação no Congresso e impulsionada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha) e a operação Lava-Jato (que se mostrou um conluio judiciário e midiático comprometido com um rearranjo de grupos políticos, e não com o tão propalado combate à corrupção), incluindo a prisão de Lula e sua retirada forçada da cena eleitoral, foram etapas importantes da escalada da crise política e da ofensiva da classe dominante por uma reorganização do regime, de modo a acelerar a marcha das “reformas”, cujo ritmo se mostrava insatisfatório frente à crise econômica que se aprofundava e à governabilidade que se esfarelava.
28. A oposição liderada pelo PSDB, que dominara a política institucional no período anterior a partir do plano Real, ladeado por outros partidos da direita “tradicional”, foram parte importante dessa ofensiva e tentaram colher dividendos eleitorais, porém a realidade

posterior frustrou seus planos: foram identificados com a ordem e o sistema postos em questão pelas manifestações.

29. O interregno do ilegítimo governo Temer, cujos maiores “feitos” foram a “reforma” trabalhista e o “teto” de gastos (EC 95), foi a ponte para a próxima etapa da crise: a ascensão, pelo voto popular, do governo de extrema-direita encabeçado por Jair Bolsonaro – que muitos não consideravam competitivo meses antes.

## **De Bolsonaro a Lula/Alckmin**

30. Bolsonaro surfou na onda da crise política e lançou-se como “antissistema”, embora dele sendo parte orgânica. Colocou no centro de seu discurso o questionamento às instituições e suas promessas não cumpridas, e pautas relacionadas ao medo e à insegurança decorrentes do contexto de crise e de paulatino esvaziamento das estruturas de proteção social, combinadas a uma retórica individualista e calcada na promoção de “inimigos” (a esquerda, o “comunismo”, os movimentos sociais e de minorias, e etc).
31. Uma avaliação do que foi o governo Bolsonaro consumiria espaço considerável, pelo que conteve de novo em relação aos antecessores, e como culminância desse processo de crise prolongada. Foi um exercício constante que buscamos fazer ao longo desses anos, junto com os enfrentamentos necessários em defesa dos serviços públicos e dos nossos direitos. Tratou-se, pois, de um governo de crise – inclusive fomentador de crises, como condição para a sua continuidade.
32. O governo Bolsonaro, sob a batuta do “superministro” Paulo Guedes, tentou impulsionar uma agenda de desmonte do que ainda restava de proteção social e patrimônio público, e só não conseguiu mais em razão da resistência organizada pelos trabalhadores e pelas dificuldades de articulação com o Congresso e desgastes acumulados. Destaca-se a “reforma” da Previdência de 2019, que extremou as anteriores e tornou o direito à aposentadoria ainda mais distante ou mesmo inacessível para grande parcela da população.
33. Bolsonaro tentou desmontar o serviço público por meio da proposta de “reforma administrativa” (PEC 32), mas foi derrotado pela mobilização do funcionalismo – que contou com participação ativa do Sintrajud. Mas ainda assim buscou promover uma versão “silenciosa”, com uma política de arrocho sobre o funcionalismo e de não reposição de aposentadorias muito superior às vistas nos governos anteriores. Foi o único governo no qual não houve nenhum reajuste salarial.
34. Bolsonaro não só manteve como aprofundou o “teto de gastos”, embora o tenha rompido durante todo o governo. Sua aplicabilidade mostrou-se real apenas no que se refere aos investimentos e serviços públicos, e uma espécie de camisa de força ideológica e institucional de setores econômicos (liderados pelo setor financeiro) sobre o estado, em prol de seus interesses.
35. O recurso ao fundamentalismo religioso e ao conservadorismo de costumes, e o ataque às políticas sociais, especialmente àquelas voltadas aos setores historicamente mais oprimidos da sociedade (como mulheres, negros, e indígenas), além do incentivo ao armamento como suposta solução para a segurança pública completam o rol de receitas da extrema-direita, como forma de mobilizar medos e inseguranças, criar inimigos internos, e desviar as atenções dos problemas sociais reais e das crises governamentais.
36. É também uma reverberação ampliada da ideologia neoliberal individualista, que corresponde à reorganização dos processos produtivos que combina alta tecnologia e hiperexploração da força de trabalho, e tem sua expressão mais elevada o capitalismo de “plataforma”: os trabalhadores por aplicativos, que não têm vínculo de emprego reconhecido e devem prover suas próprias condições de trabalho; têm jornadas de trabalho extenuantes e baixas remunerações, por hora de trabalho e combinadamente metas ditadas pelos algoritmos; que estão fora de estruturas públicas de proteção social e não são nem se

vêm como beneficiários de políticas públicas; e que se busca perversamente denominar como “empreendedores” de si mesmos.

37. Além da já mencionada desastrosa gestão da pandemia, o discurso de campanha “anticorrupção” deu lugar a conchavos em patamares ainda superiores àqueles que a população está acostumada a ver governo após governo, e a diversos escândalos – que se desdobraram até para além do término do mandato, como no caso das jóias, e relevações sucessivas de ligações orgânicas com setores das chamadas milícias.
38. O tensionamento constante às instituições era parte da estratégia de insuflar uma base de extrema-direita e testar a adesão a movimentações golpistas. A solução encabeçada por Bolsonaro para a falência da nova República, acompanhado de parcela dos militares, de setores partidários parasitários e da parcela mais retrógrada do empresariado, seria a saída autoritária.
39. Apesar dos vários ensaios, essa saída não encontrou base popular nem apoios suficientes nos diversos setores econômicos, políticos e institucionais, e nem mesmo entre atores externos, como o governo estadunidense – promotor de inúmeras intervenções armadas e patrocinador de golpes em diversas partes do mundo, como no Brasil em 1964. Isso não quer dizer, no entanto, que esses setores descartem sob qualquer condição essa hipótese, ou que tenham um compromisso incondicional com a “democracia”.
40. A derrota eleitoral de Bolsonaro, embora uma necessária vitória política, não significou uma derrota da extrema-direita, cujas razões de ascenso persistem, na falta de uma solução real para a crise política e das instituições.
41. Foi o primeiro presidente que não conseguiu se reeleger, desde a instituição da reeleição sob o governo FHC. O que confirmou uma elevada taxa de rejeição, apesar da projeção do cargo e de um uso eleitoral da máquina sem precedentes na história recente. No entanto é preciso destacar, apesar de uma gestão considerada desastrosa, a elevada votação tanto no primeiro quanto no segundo turno, quando a diferença não chegou a 2%.
42. Nesse contexto, um aspecto a destacar é a oposição desproporcionalmente moderada que enfrentou ao longo do mandato, seja pelos partidos da velha direita, seja pelos dissidentes do governo, seja pela oposição capitaneada pelo PT.
43. Grande parte dos setores que se colocaram na oposição a Bolsonaro tinham divergências superficiais, mas compartilhavam um acordo na implementação da agenda ultraliberal de desmonte dos direitos sociais e dos serviços públicos, e da entrega de todos os recursos e patrimônios públicos à exploração privada – o que explica ter havido, durante todo o governo, setores expressivos dando-lhe sustentação, e apoios expressivos após confirmado o seu potencial eleitoral. Os arroubos autoritários seriam toleráveis, desde que mostrada alguma eficiência na implementação dessa agenda.
44. Na oposição liderada pelo PT, apesar da retórica inflamada de alguns de seus setores contra o “fascismo”, manteve um nível moderado e de caráter eminentemente parlamentar, onde a correlação de forças é bem conhecida. As manifestações pelo “fora Bolsonaro”, embora tenham tido um impulso inicial que poderia ter se ampliado, com o aumento da insatisfação com o governo, foram sendo esvaziadas, e já a partir do início de 2021 a discussão predominante nos meios políticos e institucionais já girava em torno das eleições de 2022, especialmente com a reabilitação de Lula após o freio de arrumação conduzido pelo mesmo STF que havia ratificado a sua prisão.
45. A chamada frente “amplíssima” foi talvez a marca principal da vitoriosa chapa Lula/Alckmin. A candidatura apostou na rejeição a Bolsonaro e em uma espécie de volta ao passado, sem apresentar um programa econômico claro, e terminou vitoriosa por reduzida margem de votos. A pretensão de reunir um suposto campo “democrático” ainda mais elástico que o já impreciso campo progressista é um componente que tende a acelerar o desenvolvimento de uma nova etapa da crise política. As alianças ao “centro” e à direita, incluindo os “golpistas” de outrora, se por um lado são justificadas pela defesa da “democracia” e da governabilidade, por outro apontam para um rebaixamento programático

- ainda superior aos dos governos anteriores e àquele expresso no pacto que terminou no impeachment. Selam um compromisso impossível entre interesses inconciliáveis, a não ser que os beneficiários dessa composição já estejam predefinidos.
46. Passados alguns meses do início do novo governo, a retomada de programas sociais e algumas medidas emergenciais, bem como de uma agenda institucional trouxeram alento a parcela significativa da população. Porém, além dos compromissos da frente e da composição do Congresso Nacional, com a rearticulação do eufemisticamente chamado “centrão”, a agenda econômica vai confirmando não haver disposição para maiores mudanças de rumo.
  47. Embora na campanha eleitoral muito tenha sido dito sobre uma possível revogação do teto de gastos, o chamado “novo arcabouço fiscal” apresentado pelo ministro Haddad funciona sob a mesma lógica, como uma espécie de atualização do modelo anterior, e suas bandas estreitas. Simulações preliminares realizadas por economistas já apontam que se o modelo ora proposto estivesse em vigor em anos anteriores, a capacidade de investimento público teria sofrido uma redução expressiva.
  48. Não há compromisso com a reversão das “reformas” patrocinadas pelos governos anteriores, destacando-se a trabalhista e a da Previdência, nem da reversão de medidas como a fraudulenta privatização da Eletrobras.
  49. A retórica em relação aos juros mantidos pelo Banco Central, embora aponte um problema real e tenha aparente respaldo popular, não tem maiores consequências práticas e políticas, e medidas mais drásticas não são tomadas, como, por exemplo, a rediscussão das metas de inflação que justificariam os juros altos pelo discurso do presidente do BC indicado por Bolsonaro.
  50. Nesse contexto, em que apesar de um fôlego momentâneo trazido pela derrota da extrema-direita nas urnas para o governo central (que, ressalte-se, não é sentido por quem segue sofrendo com a miséria e todas as formas de violência), as eleições não trouxeram estabilidade ao regime político. Apesar de toda a repercussão, o ensaio golpista de 8 de janeiro é parte desse processo de desgaste que se desenrola há anos. Na ausência de uma reação mais incisiva imediatamente após os atos, a extrema-direita tenta contra-atacar com a instalação de CPI.
  51. Ainda que Bolsonaro venha a ser em alguma medida escanteado pelo sistema, com ou sem ele a extrema-direita segue sendo um importante componente no cenário político, e terá grande capacidade de reabilitação com desgastes e frustrações em relação ao novo governo, de reduzida margem de manobra frente aos interesses por trás da coalizão que o sustenta. Parte importante dos que apoiaram o governo Bolsonaro hoje estão com o governo Lula, como tem sido em toda a história recente do país, de modo que não configuram uma aliança programática e se movem de acordo com seus interesses imediatos. E a extrema-direita, com suas diferentes faces, embora tenha sido derrotada na eleição presidencial, elegeu bancadas parlamentares consistentes e governadores, de modo que também mantém posições institucionais relevantes, além da projeção em outros espaços.
  52. As instituições, por sua vez, incluindo o Judiciário, como parte das observações acima, têm se mostrado historicamente permeáveis e se adaptam às tendências gerais da luta de classes e dos interesses econômicos dominantes, ainda que muitas vezes isso não ocorra de forma automática ou imediata. Não serão garantidores das liberdades democráticas e têm operado, com o STF à frente, como homologadores da agenda econômica de desmonte dos direitos.

## **Conclusão: independência para organizar, defender e lutar**

53. Assim, é fundamental a defesa e a preservação da independência de classe frente ao governo, ao estado, e ao poder econômico, e o recurso à organização e à mobilização da classe trabalhadora em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais. É preciso

levantar a bandeira da reversão das “reformas” que retiraram direitos, e da preservação daqueles ameaçados e que se pretende ainda retirar.

54. É preciso também exigir o julgamento e punição pelos crimes praticados nos últimos anos pelo governo e seus agentes, de modo a não repetir os mesmos erros de um passado não tão distante. Anistia nunca mais!
55. Independentemente de qual seja o governo, os imperativos do capital seguem sendo os mesmos, e mais brutais as suas exigências frente ao lugar em que se tem inserido o Brasil na divisão internacional do trabalho, no contexto da reprimarização e desindustrialização da economia. Notadamente em cenário de estagnação, a guerra social deve seguir e não se pode ignorar as possibilidades e riscos de seu aprofundamento.
56. A defesa intransigente das reivindicações sociais e democráticas concretas da classe trabalhadora, que não se limite a eleições e a espaços institucionais como parlamento, é ponto de partida fundamental para que, em movimento, a classe trabalhadora possa sedimentar um programa político que enfrente os problemas estruturais do país e vá além da disputa entre a mera reciclagem do sistema político falido e o projeto autoritário da extrema-direita, que segue disputando os rumos do país mesmo após a derrota eleitoral de Bolsonaro.
57. Nessa esteira, da independência, do classismo, da democracia e da combatividade temos plenas condições de avançar no debate dos desafios do momento atual e de um plano de lutas que expresse a nossa disposição de enfrentá-los, com a organização e mobilização da categoria e da classe.

Tarcisio Ferreira